

José Capela, transversalidade de discursos e práticas em sistemas existenciais excludentes em Moçambique

Martinho Pedro*

pp. 221-237

Introdução

José Capela enunciou uma frase emblemática que, apesar de curta, é, para nós, carregada de um significado tão profundo que para a sua descodificação caberia uma elaboração livresca de referência. No seu livro “Moçambique pela sua história” Capela expressa, de forma ríspida, uma frase, a qual constituiu-se no ponto de partida para o desenvolvimento do presente artigo. De facto, numa comunicação apresentada por ele, no Ciclo de Debates «Tempos de Transição», organizado em 2008 pelo Centro Nacional de Cultura, Círculo Eça de Queiroz e Sedes, o autor iniciara a sua apresentação nos seguintes termos:

“Gostaria de começar por me congratular com a titulação atribuída a esta mesa no conjunto dos debates sobre os «tempos de transição», ou seja, O FIM DO IMPÉRIO – OS ÚLTIMOS DIAS DO ULTRAMAR. Porque, desde logo, é circunscrita uma perspectiva correspondente àquilo que se pretende significar. De um ponto de vista ontológico, não é indiferente que o mesmo lance histórico seja designado «Fim do Império» ou «Descolonização» (como vulgarmente se diz). Houve colonizações, não houve descolonizações (sublinhado nosso)” (Capela, 2010: 162).

De facto, se o processo colonial foi, de forma antitética, seguido pelo anticolonial, a afirmação sugere, no ramo semântico, um quadro paradoxal, dado que as duas realidades existiram, com a conquista e desenvolvimento de espaços coloniais, por parte dos europeus, e com o desenvolvimento de processos emancipatórios, conduzidos pelos grupos sociais que se consideravam constrangidos. O objetivo deste artigo é de prospectar o sentido *envisagé* por José Capela, em virtude de tal afirmação corporizar uma realidade imanente aos sistemas coloniais e pós-coloniais, se tal descolonização for analisada em função dos caracteres que ela tomou. Uma perspetiva analítica em volta da afirmação de Capela só pode redundar no postulado segundo o qual, por mais que tenha havido o processo da descolonização, a matriz colonial continuou evidente. De certa forma, não é, nem na altura em que Capela a enunciou foi, uma descoberta prima, em virtude do processo histórico indiciar-nos que, se por um lado a matriz evolucionar traz ruturas, as quais são demarcáveis num quadro temporal marcado por conflitos, no sentido marxista da dinâmica societal, por outro, existem elementos que atravessam os tempos, demarcando “longas durações”, acto já evidenciado

* Universidade Pedagógica, Moçambique. Departamento de Ciências Sociais. marpmatos@gmail.com

desde a Escola dos Anais. Contudo, mesmo que não tenha sido uma descoberta, o artigo de Capela e outro similar pode sempre contribuir, quer por trazer pontos clarividentes desses processos de rutura e de continuidade, quer por propiciar novo prisma de análise, ou ainda, por agregar, num mesmo plano descritivo, explicações dispersas, no âmbito da elaboração de nova investigação, seja ela de orientação monográfica, eclética ou holística.

A captação de uma realidade de “longa duração” é viável, de certa forma, fazendo a correlação entre processos e actores dos dois momentos, no caso em epígrafe, do colonial e do pós-colonial. Para tal efeito, a mobilização de uma perspectiva dialéctico-retrospectiva e comparativa torna-se premente, com vista a encontrar continuidades entre um momento e o outro ou, então, com o fim último de repertoriar similitudes presentes nos dois momentos que indiciem tais continuidades, o que é possível buscando não só as características imanentes, mas também todas as elaborações desenvolvidas sobre a temática e sobre os momentos.

Contextualizando os dois momentos mobilizados por Capela, nomeadamente o colonial e o pós-colonial, importa demarcar que depois de um período mais ou menos longo, iniciado, de forma sistemática, depois da Conferência de Berlim de 1884/1885 e do subsequente período de ocupação direta, o continente africano testemunhou a coabitação territorial, mesmo que parcial, de dois sistemas societais, mas em processos e contextos ambivalentes. Nessa coabitação houve a manifesta sujeição das realidades societais africanas, o que engendrou, no mesmo espaço, um processo de contestação à situação anteriormente imposta, visando terminar com a subalternidade dos grupos constringidos. Tal processo veio a ocorrer numa altura em que, coincidentemente, para o lado das diferentes potências europeias, as respetivas regiões ultramarinas constituíam-se em fontes de investimentos acelerados de capitais. Ademais, logo depois da crise económica dos anos 30, cujas medidas protecionistas subsequentes encontravam nos territórios imperiais espaços privilegiados de manobra, estes tornaram-se lugares estratégicos para a recuperação e rentabilização das economias metropolitanas.

Para o caso Português, com o Estado Novo, foi, de facto, o mesmo período em que ocorreu o arranque da economia colonial, a qual beneficiar-se-ia do binómio saído do circuito económico mundial do período posterior à crise dos anos 30 do século XX, circunscrito na retração-protecção, algo que era visto como uma lufada de ar fresco na então constringida economia imperial. A esse título, a Associação Industrial chegou a evidenciar que

“As novas directivas da vida internacional hão-de marcar à nossa indústria o início de uma era de prosperidade, isto porque hoje a indústria portuguesa não tem, como até aqui, que lutar contra o destino para se manter e se desenvolver. O seu trabalho de readaptação é menos árduo pois é o próprio destino que lhe abre novos e largos horizontes”
(Matoso, 1994: 146).

Visando aproveitar essa oportunidade, Portugal iniciou a implementação de um projeto colonial de facto, começando pelos aspetos de carácter legal, a saber: a primeira lei do condicionamento industrial de 1931, revigorada cinco anos depois; a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, com uma cláusula no seu artigo 285.º relativa à Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, visando uma melhor catalogação da mão de obra; a reimposição das culturas obrigatórias, em 1938, entre outras medidas legislativas. Aliás, tal manobra foi complementada pela adopção de outras posturas que propiciassem ao país uma maior rentabilidade do intervencionismo económico metropolitano nas colónias, com a sua “neutralidade” na Segunda Grande Guerra, iniciada em 1939. Como para se antecipar às críticas internacionais, o período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela aceleração da emigração de colonos portugueses para a colónia de Moçambi-

que (Wuyts, 1989: 20), que justificasse a pertença desta num plano imperial e multirracial, processo em parte expresso pelos Planos de Fomento, pelos Colonatos e pela criação de povoações rurais, associadas às cantinas rurais e mais tarde aos latifúndios brancos. É no quadro desse ímpeto colonial que Portugal conhece um movimento contestatário vindo da outra franja da população que, apesar de ser considerada como parte do conjunto populacional do império, achava-se coartada dos seus direitos. Por essa via, se uns achavam-se no direito de se libertarem do jugo colonial, reclamando terem sido submissos no seu próprio território, outros achavam-se também no direito de permanecerem no mesmo território, cuja justificação era encontrada nos avultados empreendimentos e investimentos, tanto financeiros, como temporais e até psicossociais.

Alicerces da inscrustação europeia nos espaços coloniais

No quadro das colonizações, o continente europeu procurou inserir os alicerces para a sua manutenção nos espaços coloniais e no mundo em geral a partir da moldagem de um padrão de conduta a ser seguido daí para diante. Tal padrão ficou circunscrito quer no modelo de exploração económica, quer em função do controlo da circulação dos bens e da informação, bem como do arcabouço institucional que seria responsável pela manutenção da ordem que, por sua vez, permitisse a correlação entre as realidades sociais estabelecidas, o que actualmente é expresso como colonialidade. Para a introdução desse padrão de referência, foi necessário, tal como aponta Quijano, que houvesse o controlo do poder, pela garantia da manipulação de cinco meios de existência social, a saber:

“o trabalho e os seus produtos; a natureza e os seus recursos de produção; o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças” (Quijano, 2009: 76).

Se analisarmos historicamente as relações dos últimos três séculos, veremos que a divisão existente entre as zonas produtoras e as de transformação e de consumo, em parte definidas num contexto assimétrico, foi projetada e operada no quadro do capital internacional, cujas origens centraram-se na Europa e, com a colonização, sistematizaram-se em todo o mundo. Para o caso de Moçambique inseriu-se, neste contexto, e a título de exemplo, a clara definição do espaço colonial, com o Ato Colonial, com a lei da complementaridade económica e a de condicionamento industrial dos anos 30, em que os maiores beneficiários eram os setores e grupos sociais que estavam directamente ligados ao centro europeu, no quadro da economia-mundo. De outra forma, a necessidade de catalogação das potencialidades para satisfazer a demanda da produção mundial foi feita em função de uma repartição geográfica dos recursos e dos respetivos padrões da sua exploração, o que, à escala global, foi também empreendido, num primeiro momento, pelo continente europeu.

Numa outra vertente, se bem que não seja algo especificamente oriundo do modelo europeu, mas como prática geopolítica, as pessoas passaram, também, a serem categorizadas em função de duas alteridades, mas que, entretanto, a Europa veio a institucionalizar: a geográfica e a histórica. De facto, a Europa veio a pontenciar, a partir do Período Moderno, a projecção do factor “Posição e circulação” iniciado por Estrabão, na Bacia Mediterrânica, mas que depois transferir-se-ia paulatinamente para a Europa Ocidental e, definitivamente, centrar-se-ia no Atlântico Norte, envolvendo os dois blocos que o bordejam, nomeadamente a Europa Ocidental e a América do Norte.

O mesmo ocorre com “*a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento*”, apontada por Quijano, que, também, ao ter sido ditada num contexto eurocentrado, praticamente propiciou para que todo o mundo visse a sua mundividência colocada em questão, em virtude de validar-se, como verdadeiro, o conhecimento que passasse pela via Cartesiana e num quadro experimental ou colocado à prova, o designado conhecimento científico. A esse propósito, Torrealba (2012) defende que a racionalidade moderna se apresentava, para o europeu, como a lógica natural, universal e irrefutável, pela qual foram ignoradas todas as mundividências extra-ocidentais cujos grupos sociais constringidos deveriam ver as suas culturas votadas ao desaparecimento.

O controlo daqueles meios de existência possibilitou que a Europa passasse a ter sempre alguma palavra, estivesse ou não diretamente envolvida, pelo simples facto de “*o eurocentrismo não [ser] exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia*” (Quijano, 2009: 74-75). Assim, é mister concluir-se que a Europa garantiu a formatação da sua prevalência, ao plantar raízes para a posteridade. Como para enfatizar a prevalência desta realidade na actualidade, Corm (2004: 82) aponta que “*as ideologias ocidentais estão portanto em toda a parte; aparentes ou escondidas, elas estruturam e desestruturam as sociedades, ao sabor das modas intelectuais do Ocidente (...)*”. Dessa forma, por questões geopolíticas supra-estatais, os então países colonizadores tiveram, até a altura das independências das colónias africanas, e têm, até a actualidade, a necessidade de perpetuarem, de uma ou de outra forma, a sua permanência em África, no geral, e em Moçambique, em particular.

Para o primeiro caso, e no quadro do Império Português, Souto (2011) aponta que, mesmo com o 25 de Abril, houve alas que, de forma aberta, mostraram a necessidade de manutenção do poder português num quadro imperial, a crer pelas ideias de António Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional, que pretendia garantir a manutenção da pluri-continentalidade de Portugal, num quadro de um Estado unitário, cuja opção pela auto-determinação e pela independência por parte de Moçambique só seria possível caso os portugueses fossem incapazes de levar a cabo grandes tarefas, o que para aquela ala não era o caso (Souto, 2011: 193-194).

Ao que as evidências indicam, tal posição de uma ala não querer desligar-se do espaço imperial não era assumida apenas por Portugal. Outros países colonizadores europeus não estavam tão pouco preparados para abandonar as suas colónias quando o surto da descolonização atingiu os diferentes quadrantes territoriais da África colonial. A este propósito, a Grã-Bretanha procurou aceitar as reivindicações emancipatórias para conservar as posições adquiridas, tal como aponta D’Almeida-Topor (1993). A autora enfatiza mesmo que: “*no conjunto, ela, [a Grã-Bretanha] aceita de conceder as reformas com a perspectiva (de) «não perder uma colónia, mas ganhar um membro na Commonwealth»* (D’Almeida-Topor, 1993: 208). Mais adiante, a autora indica que, apesar de ter tido uma atitude tardia, a França enveredou por uma política comparável à da Grã-Bretanha. Aquela potência, para manter as suas possessões africanas, introduziu a lei-quadro de Defferre que, apesar de estabelecer um regime de autonomia, com a introdução de eleições de governantes locais por via do sufrágio universal, manteve um governador obrigatoriamente francês e, durante a 4.ª República, com o General de Gaule, foi criada a Comunidade Francesa (Topor, 1993: 209; Gentili, 1999: 308). Nesse quadro, a França chegou mesmo a desenvolver guerra em certos territórios para manter os interesses coloniais.

Para o segundo caso, mesmo depois das independências, as anteriores metrópoles mantêm relações privilegiadas com as respetivas antigas possessões ultramarinas, embora estas últimas tenham, também, graças ao ambiente multipolar, espaços de manobra para

encontrarem novos parceiros. Dessa forma continuam expressivos os planos neo-coloniais projetados aquando do início do processo emancipatório, com a emergência, por exemplo, da CPLP, no quadro do anterior espaço imperial português, da *Commonwealth*, para o caso inglês, e da Francofonia, entre outras realidades. Dessa forma, é suficiente para afirmarmos que, de facto, houve e há uma manifesta continuidade dos ditames eurocêntricos em África, e não só. Contudo, essa pretensão foi muito cedo contestada, se atendermos a que o diapasão entre o momento que iniciou a colonização efetiva, pouco antes da Conferência de Berlim, com as pretensões da Bélgica, de Portugal e da Inglaterra em África (Uzoigwe, 2010), e o início de uma frontal rejeição do sistema, ao nível de todo o continente, ocorrido nos anos 40 do século subsequente, entanto situação que devia ser terminada, é de cerca de mais ou menos três quartéis.

O grito pela rutura da situação constrangedora

O desenvolvimento do processo libertário das então colónias europeias em África, oriundas da colonização moderna europeia foi, desde os primórdios, concebido num quadro emancipatório e, geralmente, de rutura em relação à situação que estava sendo experimentada nos diferentes quadrantes do continente. Tal processo encontrou apoiantes até em certas franjas da sociedade política Ocidental, como foi com os Estados Unidos, logo depois da Segunda Grande Guerra, facto emblemático, em virtude de ter se posicionado ao lado do seu rival Soviético. Correlativamente, esse desiderato foi ombreado pela emergente Organização das Nações Unidas que advogava a extensão do direito dos povos em dispor de si mesmos, bem como a extensão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, para além, ainda, de outros exemplos práticos e apoios vindos de processos emancipatórios da Ásia (Ki-Zerbo, 1978: 469-474; D'Almeida-Topor, 1993: 157-164). Estas bases indiciavam padrões de ruptura, se concebermos que o novo quadro relacional proposto no âmbito das relações internacionais passou a gravitar à volta de uma nova geometria, baseada num contexto igualitário ou, pelo menos, horizontal.

No interior das colónias, a situação vigente era vista como improcedente, pelo facto de colocar grupos sociais que coabitavam no mesmo espaço num plano relacional e situacional ambivalente e antipodal, por isso de exclusão. Ante a recusa do igualitarismo, por parte dos grupos sociais ligados directamente ao sistema colonizador, houve o recrudescimento das clivagens. É nesse quadro que os movimentos emancipatórios ou libertários engendraram processos contestatários visando a alteração da situação prevalecente, sendo que, em algumas realidades, como o foi do caso moçambicano, enveredou-se mesmo por uma luta armada e revolucionária.

Pelos caracteres desse processo emancipatório esperavam-se resultados irreconciliáveis, em virtude da revolução indiciar uma mudança radical. A esse propósito, Magode (1996) aponta que o Movimento de Libertação, ao ter partido de uma situação colonial, visou a desintegração desta. Nessa perspetiva, foi avançada a necessidade de substituir-se a cultura do colono por uma nova, com o fim de se estabelecer, por via do processo revolucionário, o tal hiato diferencial, indicativo de um novo comprometimento dos atores que conduziam o processo com vista a bafejar as populações nativas de benesses que dessem aos nativos a ideia da inclusão e de pertencimento em relação ao período precedente.

Como para concretizar o seu projeto, a Frelimo passou, com a independência, a alterar o carácter de certas realizações que vinham decorrendo desde o período colonial. No âmbito económico, especificamente no ramo da agricultura, houve a socialização do meio rural, cuja estratégia assentava na criação de um setor estatal e no desenvolvimento de cooperativas agrícolas, da coletivização da terra e dos meios de produção e na formação de aldeias

comunais, como forma de estender para todo o país as conquistas das zonas libertadas (Mosca, 2011: 35).

Apesar das contradições emergentes na implementação do desiderato por essa via, pensava-se que em pouco tempo seria possível transformar o meio rural e os grupos sociais aí residentes, os quais deviam apresentar novos caracteres, redundando-se na formação do “Homem Novo”, despidido das amarras do colonialismo e do feudalismo que recorrentemente era repescado como justificativo do atraso dos moçambicanos nos períodos precedentes.

Para a execução da política afirmava-se que “na República Popular de Moçambique o poder pertence aos operários e camponeses, unidos e dirigidos pela Frelimo, e é exercido pelos órgãos do poder popular” (Egerö, 1992: 129). Por estas medidas, percorria-se o caminho para a tal rutura em relação ao período precedente. De uma economia que servia os interesses da metrópole, a partir das plantações e culturas obrigatórias e de um sistema em que o nativo não tinha direitos políticos, passar-se-ia a outra em que este, inversamente, passaria a ser o destinatário dos resultados económicos e também usufrutuário de plenos direitos. Por via dessas esperanças, houve uma adesão massificada ao sistema, embora também houvesse resistências na adoção de certas práticas, como o foi o processo das aldeias comunais, dado que o projeto de socialização do meio rural foi avançado no mesmo momento em que o grupo organizador estava a combater fatores de agregação das comunidades rurais (Hanlon, 1997), como o eram as autoridades tradicionais, o curandeirismo, práticas jurídicas e de socialização endógenas, engendrando processos conflitantes entre o grupo revolucionário e os distintos grupos e meios sociais rurais. A este processo, Gentili, (1999: 368-369), citando Geffray, aponta que a Frelimo, enquanto grupo modernizador, não terá tido em nenhuma consideração as tradições, tendo penalizado o mundo tradicional camponês. Ademais, as novas estruturas impostas eram estranhas ao ecossistema social local e, recorrentemente, eleitas por mecanismos estranhos ao meio sociocultural. Isto é, o sistema avançou com a criação de fundamentos de agregação artificial, mas sem fundamentos ou elos de sustentação interna, assegurada apenas por mecanismos de caráter legal, o que, à partida, veio a constituir-se numa das fragilidades do processo de socialização do meio rural. Por essa via, ela posicionava-se como elemento exterior ao grupo de apoio o que, em si, constituía-se num erro pragmático.

Com o tempo, tais fragilidades vieram a evidenciar-se com o desregramento da base económica considerada como alavanca da economia nacional – a indústria, a qual ficou desprovida não só de recursos humanos qualificados, mas também de maquinarias e de capital para a provisão de insumos. Face a esta realidade, foram introduzidas mudanças radicais em relação ao rumo inicialmente dado ao sistema governativo de Moçambique. A este propósito, Castel-Branco (2017) aponta que, embora a Frelimo tenha partido, depois do seu terceiro congresso, com uma política anticapitalista, o falhanço dos planos económicos, a partir de meados dos anos 80, levou-a, justificando o combate ao imperialismo, a introduzir o nacionalismo económico e a apoiar-se no estatismo, o que, em última instância veio, tal como no período colonial, não só a limitar o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais, mas também a criar pressupostos para um ordenamento de acordo com o contexto étnico e racial (2017: 264). Isto equivale a afirmar que começou a alimentar-se uma certa alteridade ou a emergirem processos de exclusão interna, numa altura em que se advogava o igualitarismo como marca orientadora do sistema. De forma mais esclarecedora, Magode situa o distanciamento da elite em relação à restante população nos seguintes termos: “após a Independência, a formação do Estado unitário (ultracentralizado), (...), muito embora com práticas “socialistas” (...) não evitou a possibilidade de confundir-se com um sistema de relações políticas que comportava elementos de dominação e reprodução de desequilíbrios” (1996: 43). Esta realidade constituía-se, segundo Graça (2005: 157), num

"factor desestruturante do Estado após as independências – e sem dúvida dissociativo da construção da nação – [fruto da] insuficiente socialização dos futuros novos líderes africanos no ambiente das instituições modernas de natureza ocidental, por causa de o processo de mudança sócio-cultural ser ainda muito recente".

De certa maneira, as novas elites tinham uma razão inequívoca para se comportarem daquela maneira, em virtude de, no quadro funcional, não terem tido outra referência senão a do colonizador, já que haviam perdido as raízes tradicionais com o processo aculturativo em marcha. Este carácter resultava do facto de tal grupo, que Cabaço chama de grupos sociais peri-urbanos (Cabaço, 2010: 131), estar desenquadrado das relações hierárquicas e que, na aceção de Carlos Serra, tinha as seguintes características: (i) o abandono das fronteiras da aldeia que inicia a subversão dos protocolos cognitivos e referenciais; (ii) a transfronteiralização e o mestiçamento dos horizontes epistemológicos, pela multiplicação comparativa dos campos da alteridade; (iii) a fragmentação do tempo unificado; (iv) a tomada de consciência da diferença e das desigualdades; (v) a multiplicação dos campos de gestão individual; e a substituição dos antigos centros sagrados de produção social e de verdade por entidades seculares (*Idem*, p. 132).

Com as características anteriormente anunciadas emergem as condições para a manifestação da colonialidade que, apesar de estar sempre presente, era eclipsada pelo grupo revolucionário. A título de exemplo, note-se que mesmo durante o momento do desenvolvimento do processo libertário, onde havia uma franca oposição entre o sistema vigente e a ala dos "libertadores", prevaleceu o rasto de uma mundividência portuguesa entre estes últimos. Sobre o assunto, Couto aponta que membros da MOLIMO (Movimento de Libertação de Moçambique), fundada em 1970 e sediada no Quénia, escrevendo para as Nações Unidas, haviam redigido que *"nós não queremos escorçar os portugueses do nosso país, porque temos permanecido há 472 anos sob a lei portuguesa e acostumávamo-nos a eles, apesar das torturas, massacres e perdas de vida que nos causaram"* (Couto, 2011: 189).

A própria guerra estava a ser conduzida por via de um grupo ocidentalizado, com as armas europeias, numa língua do ocidente, como para confirmar o que Corm (2004) defendeu na parte precedente. O que até a este ponto podemos equacionar é o seguinte: se é trivial que todos os países colonizadores quisessem manter a sua hegemonia no continente africano, tal como apontamos no subtítulo precedente, não seria de pensar que a expressividade europeia fosse continuada entre os colonizados, os mesmos que impunham até a altura da independência uma ruptura revolucionária, o que, à primeira vista, encontra um fundamento paradoxal, cujos meandros da sua circunscrição esboçamos no ponto subsequente.

Os pressupostos da (re)mobilização paradoxal da situação colonial

A informação contida no subtítulo precedente aludindo à formatação de um certo costume de portugalidade no interior do grupo social constringido, apesar das torturas, massacres e perdas de vida causadas pelos colonizadores revela, *à priori*, a prevalência de uma situação que moldou formas de estar para esse grupo constringido, cujos fatores merecem ser descortinados. Um dos pressupostos que achamos explicar do porquê dessa busca a uma realidade antipodal que, no quadro da nova sociabilidade introduzida, no Moçambique pós-colonial, havia sido condenada ao banimento, situa-se no prisma da execução do poder. Idealmente, se os actores do processo emancipatório tivessem pretendido, de facto, uma ordem igualitária, teria sido fácil se os mesmos tivessem programado que não haveria alguma forma de poder, o que, logicamente, seria incomportável numa situação em que houvesse um campo de competição de forças. Só pelo simples facto de reconhecer

a necessidade de existir um poder era sinónimo da introdução de relações ambivalentes, fossem elas bem notórias ou não.

Se bem que no quadro da transição do período colonial para o pós-colonial tivesse sido projetado o princípio da “guerra popular”, difícil seria situar a continuidade desse caráter do “poder das massas”, pelo menos objetivamente, logo após a independência de Moçambique, a partir de 1975. De facto, no primeiro contexto, aquele princípio era aparentemente aplicável, em virtude da guerrilha ter condicionado, em termos práticos, a participação plena de todos os que estivessem na Frente, com a repartição das diferentes tarefas daquela pelos diferentes membros concernidos, corporizando uma das cláusulas saídas do II Congresso do movimento libertador. E, até certo ponto, prevaleceu, pelo menos como um ideal, entre os camaradas, propiciando, de facto, a derrocada do colonialismo. Mas, num contexto pós-colonial, onde os pontos de referência para a existencialidade dos grupos sociais locais seriam multiplicados, praticamente seria impensável todos desempenharem as mesmas funções. Por mais que um sistema seja tão inclusivo é, de facto, difícil de conceber que o mesmo promova um poder igualitário em todos os segmentos da sociedade. Sempre comportará alguma dissimetria capaz de propiciar uma ambivalência no acesso às decisões, aos recursos, às oportunidades, etc., equivalendo dizer que, mesmo no período da luta, onde supostamente o poder era o das massas, no quadro da tomada do protagonismo, sempre houve algum grupo mais restrito que projetava as ações, as perspectivas, as decisões, etc. Basta dizer que no grupo da propalada geração “25 de Setembro” é fundamentalmente a elite que é vista como tendo sido protagonista, pese embora parte dela não tenha diretamente participado nas frentes de combate. Assim, mesmo que se elaborem teorias sobre a prevalência de um modelo socialista, concebido como igualitário, este foi acompanhado pela presença de uma *intelligentsia* – o embrião dessa dissimetria – que pela sua ação num modelo totalitário veio a aproximar-se das práticas que anteriormente tinham sido um factor para o desenvolvimento do movimento de libertação de Moçambique.

Se nos ativermos à conceção de Dahrendorf, citado por Rocher, (1989), segundo a qual os conflitos sociais nem sempre ocorrem da desigual distribuição da propriedade dos meios de produção, tal como defende a teoria Marxista, mas, fundamentalmente, da desigual distribuição da autoridade, teoria com que concordamos¹, somos levados a conjeturar que a revolução moçambicana, longe de ter iniciado o desenvolvimento de um sistema igualitário, tal como veio a defender-se a partir do III Congresso do Partido Frelimo, realizado em 1977, ocorreu mais pela necessidade de substituir uma autoridade que era concebida externa por outra interna. Por aqui abre-se a possibilidade para afirmar-se que bastava mudar o interlocutor para a situação manter-se na mesma. De facto, uma revisitação do projeto da construção do comunitarismo politicamente almejado e vigente entre o III Congresso e o fim da Primeira República Moçambicana, o qual introduziu planos económicos e sociais, com evidentes plataformas substitutivas, indicadas até 1990 como revolucionárias em relação às correspondentes do período colonial, indicia a presença de paralelismos, senão de continuidades, mesmo de forma não avisada, de processos que haviam caracterizado o antitético modelo precedente.

O facto de terem sido os assimilados que moldaram o poder certamente veio implementar muitos dos aspetos que haviam se sistematizado nas experiências individuais e de grupo durante a colonização, até a altura que cada um integrou-se na frente libertária. Tal realidade era incontornável, porque a única experiência que haviam tido, fora da endógena, era a euro-ocidental, moldada pelos portugueses, daí que muitos dos aspetos tenham sido

¹ Concordamos com esta teoria em virtude da mesma propiciar a explicação do posicionamento de cada um numa escala hierarquizada da sociedade, com base no qual cada um tem, potencialmente, a possibilidade de controlar os meios de produção.

transpostos para o período pós-colonial. Nesse processo, citando Dorman (2006), Matsimbe (2017) aponta que os partidos libertadores nacionalistas, mesmo tendo tido a “(...) *necessidade de dar outro formato aos novos Estados independentes*”, acabaram, de acordo com Young (2004) “(...) *por importar, de forma intacta, importantes práticas, rotinas e mentalidades da ideologia do Estado colonial*” (Matsimbe, 2017: 63), “*aspectos contra os quais haviam lutado, como é o caso do uso da violência, o autoritarismo, a exclusão, a exploração do homem pelo homem, a ideia de existência de cidadãos de primeira e de segunda (...)*” (Ibid.). Se bem que concordemos com o anterior argumento, entramos, entretanto, em colisão, quando o mesmo autor afirma que há alguma inquestionabilidade de que “(...) *a nova classe nacionalista, foi guiada pelos mesmos modelos europeus de liderança, governação e ideias de desenvolvimento*” (Matsimbe, 2017: 63). Segundo o nosso ponto de vista, há um aspeto que está em falta, que é o contexto colonial, cuja ausência deturpa a realidade e a essência. De facto, o que ocorreu foi a transposição de modelos coloniais implementados por países europeus e não, necessariamente, de modelos europeus. No momento da criação das colónias e do desenvolvimento de processos coloniais em África, os europeus não introduziram elementos correlativos aos existentes no seu continente. De facto, os europeus implementaram algumas tipicidades nem sempre idênticas às metropolitanas. Moçambique é um exemplo prático. Basta citar alguns elementos e processos como, por exemplo, a existência de circunscrições, de regulados, de uma educação para o indígena, de um código civil aplicável apenas aos nativos, etc., etc. Como corolário, o sistema republicano, com os seus escudos – liberdade, igualdade e fraternidade –, que haviam sido experimentados aquando da Primeira República Portuguesa, mas logo depois retirados, não foram extensivos a Moçambique. Como para fundamentar que a essência da funcionalidade política europeia, corporizada por uma liderança, uma governação, e ideias de desenvolvimento, não estava presente em Moçambique, recorramos a Foucault (1999). Este aponta que a transição do Antigo Regime para o Constitucionalismo na Europa, ocorrido entre fins do século XVIII e durante o século XIX, coincidiu com a introdução do que ele chamou de espaço para dar oportunidade aos outros, caracterizado, segundo o autor, por um poder que não era o de superestrutura, mas mais integrado ao jogo, à distribuição, à dinâmica, à estratégia, sendo um poder não conservador, mas inventivo, detendo ainda os princípios de transformação e de inovação (Foucault, 1999: 48). Facilmente se observa que nenhum dos atributos indicados por Foucault foi integrado nos modelos impostos nos espaços coloniais. Nesse caso, a terem que continuar modelos do período colonial no pós-colonial não terão sido os que estiveram presentes na Europa. Assim, não é preciso desenvolver grandes equações para aventar que nenhuma das realidades acima indicadas foi estendida ao continente africano, o que corrobora a ideia de que os modelos introduzidos em África, mesmo tendo sido engendrados num quadro eurocêntrico, não eram perfeitamente comunicantes com os correspondentes metropolitanos.

Depois desta trajetória teórica, somos levados a trazer alguns elementos exemplificativos que expressam a transversalidade de discursos e práticas entre um período e outro, evidenciando a ideia de Capela de que não houve descolonização, indiciário de que a eurocentralidade/colonialidade continuou a imperar no continente africano depois das independências dos distintos territórios colonizados.

Transversalidade de discursos e práticas em conjunturas históricas antitéticas

A captação da transversalidade de discursos e práticas entre os dois períodos em análise, nomeadamente o colonial e o pós-colonial, só pode ser feita lendo os elementos que, do pri-

meiro, transpuseram o período independentista, o qual, ao ter-se constituído como a charneira entre os dois momentos, funcionou, por um lado, como propulsor de novos elementos e, por outro lado, como factor poroso que, por esse carácter, condicionou a passagem de certos processos que, tendo iniciado no precedente, estenderam-se ao momento posterior àquele. No quadro deste artigo, estes últimos constituem-se no objecto a ser revisitado.

A atender a várias opiniões, somos de aceitar a ideia segundo a qual a replicação dos elementos do período precedente surgiu de um colapso dos projectos avançados para a concretização do processo revolucionário em Moçambique, resultantes, em parte, de uma inaptidão dos diferentes segmentos mobilizados para o efeito. A este propósito, Matsimbe, citando Ajayi (1982) explica que “(...) [se] a nova liderança dos Estados independentes tinha uma ideia muito clara sobre o que queriam (sic!) eliminar, nomeadamente o jugo imperialista, a discriminação e exploração do homem pelo homem, (...) faltava[-lhe] uma ideia sobre o tipo de sociedade a criar. Tinham uma ideia bastante vaga de uma sociedade baseada nos conceitos de europeização e modernização” (Matsimbe, 2017: 65).

Mergulhados nessa inépcia, e sem outros referenciais, o mais lógico era voltarem-se para a realidade conhecida ou que havia se constituído enquanto mecanismo de socialização primária no quadro político e governativo moderno que coincidia, necessariamente, com o modelo colonial recentemente experimentado. Por outro, a introdução de mecanismos aproximados aos de coerção do período precedente poderia servir, de certa maneira, como mecanismo para fechar as lacunas encontradas ao longo do processo. É por via dessas duas realidades que procuramos identificar as dinâmicas e elementos que, tendo sido engendrados pela colonização, foram sendo reproduzidos no pós-colonial.

Uma das características imanescentes do sistema colonial português foi o centralismo da sua funcionalidade político-administrativa. Se tal centralidade era justificada, tal como entendemos, para inviabilizar processos comunicacionais dispersos que, por sua vez, propiciassem a emergência de realidades incontroláveis pelo sistema montado, a ideia encontrada foi a de reduzir os pontos de contacto entre os europeus e os africanos e, com isso, a diminuição da intersubjectividade. Por essa via, os assuntos podiam ser controlados sem o recurso de um aparato muito sofisticado e era possível interligar todos os processos que garantissem a reprodução do Estado corporativo e do Nacionalismo Económico do então Estado Novo.

Paralelamente, o Estado formatado para dar uma sustentação ao poder popular, propalado desde a altura da guerrilha e formalmente abraçado em 1977 pelo Partido-Estado, veio a reproduzir o precedente carácter centralista, com a concentração de poderes no Partido FRELIMO. Mesmo que no pós-colonial e no período precedente não aparecesse de forma expressiva, havia práticas que nos dois momentos indiciavam o expressivo *slogan* de “tudo pelo Estado” e “nada contra o Estado”. Aqui, o corporativismo do Estado foi expresso pelo centralismo, pelo qual o Partido-Estado tinha o controlo exclusivo de todas as organizações que representavam os diferentes sectores sociais, nomeadamente a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), bem como os diferentes sectores económicos, cuja política de nacionalização foi tomada como medida que pudesse responder aos ditames do momento.

O sistema de dominação que se cristalizou na sequência do partido único, ao ter procurado homogeneizar complexos heterogêneos presentes em Moçambique no intuito de procurar reduzir pontos de contacto com as diferentes complexidades sociais, manteve uma classificação binária, sempre marcante no período precedente. No entanto, se durante o período colonial as antípodas gravitavam entre o moderno e o tradicional, no pós-colonial tal criação do outro foi circunscrita no quadro da pertença ou simpatia ao partido no

poder, que se constituiu em *insider*, enquanto todos os restantes seriam identificados como “outros”. Segundo vários autores, tal realidade propiciou a cunhagem do *slogan*: “*quem não está conosco está contra nós*”, prática recorrente actualmente em Moçambique (Dorman, 2006; Melber, 2002; Meneses, 2015b, citados por Matsimbe, 2017). De facto, Matsimbe aponta que

“a política divisiva dicotômica de Nós e Eles que separa os sujeitos dos agentes no período colonial foi decalcada. Os Outros foram substituídos por todos os que se mostravam contra os ideais da revolução, os apelidados xiconhocas ou inimigos internos, reacţionários, boateiros, candongueiros, obscurantistas, perigosos, etc. Esta divisão foi tomando diferentes formatos ao longo do tempo, tendo os Outros sido representados pelos bandidos armados, lacaios, fantoches do imperialismo, inimigos do Estado e do povo. Hoje, os Outros incluem todos os que alegadamente não deixam a Frelimo cumprir a sua missão histórica de servir o «glorioso povo moçambicano» (...)” (Matsimbe, 2017: 64).

Durante o período colonial havia ainda uma prática recorrente, que se circunscrevia na corrida aos empregos fornecidos pelo Estado, a chamada empregomania (Papagno, 1988: 242) resultante do Estado deficitário, um aspeto que é também recorrente em Moçambique do período pós-colonial². Actualmente, o Estado moçambicano é visto como aquele que comporta o maior volume de funcionários, contrastando, também, com uma recorrente exiguidade das finanças públicas.

Se o processo colonial foi desprestigiado pela exclusão das realidades sócio-culturais indígenas, por via da *lusitanização* promovida, por sua vez, pela Educação para o indígena, o sistema pós-colonial em Moçambique não pode furtar-se às mesmas críticas. A este propósito, Lopes escreve que a FRELIMO, mais do que colocar-se numa perspetiva pós-tradicional que lhe teria proporcionado continuar com a tradição, mesmo num quadro contestatário ou de redefinição, colocou-se numa perspetiva antitradicional (2010: 53), não fugindo à regra instituída durante o período colonial, pela qual as culturas moçambicanas foram votadas ao desaparecimento. Como corolário desta realidade, o que se viu no período colonial, bem como no pós-colonial, foi a proibição do uso das línguas nacionais, consideradas, erradamente, como dialetos.

A autoridade – e os seus instrumentos, de coerção em particular – apontada por Quijano como o quinto elemento de reprodução que o colonialismo usou para se manter em África e, de forma particular, em Moçambique, é manipulada também no período pós-colonial. Mesmo que aqueles sejam, ao nível constitucional, propriedades do Estado e, por isso, impelidos a defenderem tudo o que seja relativo a Moçambique, os mesmos passaram a estar detidos, paradoxalmente, pelo sistema em vigor, cujas ações têm sido situadas num quadro partidário (Matsimbe, 2017). Seguramente, essa forma de agir não se distancia de um modelo imposto durante o período colonial, onde meios idênticos foram colocados não para defenderem todo o quadro societal presente na colónia, mas um grupo e sistema impostos num contexto de exclusão, revelando, de certa maneira, uma transposição de prática entre um período e o outro.

Uma característica geral da governação do território, apresentada por Papagno (1988), é tão corrente em Moçambique contemporâneo que, se não fosse um trabalho de índole científica, ou se o mesmo fosse destinado apenas aos que vivem em Moçambique, não precisaria

² Aliás, a tal empregomania continuou a ser debatida nos anos 60 do século XX; geralmente era empregue um pessoal efêmero, sem habilitação e, por isso, sem interesse. Segundo um autor, a tal corrida à empregomania condicionava que os empregos fossem transitórios, até que aparecesse um novo e melhor emprego, fenómeno que refletia-se na instabilidade dos funcionários (Santos, 1960: 1-3).

de trazer algum fundamento documental. Bastaria a experiência para se confirmar que existe um decalque fiel dos aspectos que a seguir perfilham.

Referindo-se ao pessoal administrativo, aquele autor afirmava que “*ao longo dos últimos cinco séculos, esta classe soube conservar a sua posição hegemônica sobre a sociedade e garantir-se as fontes de riqueza, sem cuidar grandemente das condições gerais do país*” (Papagno, 1980: 242-243). O governador Major Vasco Guedes de Carvalho e Meneses apontava, em meados do século XIX, que a administração

*(...) é muito pouco satisfatória. Quando a auctoridade superior não tem força, todas as inferiores se relaxam, e se acrescentarmos que a administração tinha contraído desde muito, hábitos pronunciados de relaxação, (...) e a muito grande falta de comunicações, obstam a fiscalização, e que o pessoal é máu e está muito mal pago, poderá ajuizar-se como as couzas estavam e andavão (...)*³.

Pese embora não possamos encontrar uma equiparação temporal, as características apontadas por Papagno prevaleceram para o período pós-colonial, onde reina o clientelismo, o nepotismo e a cleptocracia geralmente associados aos funcionários públicos (Mosca, 2014: 68), com alguma suspeição de manipulações por parte da geração de 25 de Setembro que, com os seus tentáculos, define a repartição do poder. Quanto à participação da elite, Mosca aponta que “*não há ingenuidade que aceite não existirem agentes da elite política e económica por detrás desta devastação e roubo dos recursos minerais*” (Mosca, 2014: 131). Atualmente, há um caso designado Dívidas Ocultas, cujos supostos envolvidos estão ligados àquela geração, mas a que ninguém quer apontar o dedo de forma contundente. É assim que no período colonial e no pós-colonial identificamos as mesmas consequências derivadas daquela captura do Estado. Citando António Enes, um autor apontava que “*(...) das causas reais e supostas do atrazo da província, eram os erros da administração os principais culpados, pois nenhuma delas derivava do solo, da população ou quaisquer outros factores naturais de Moçambique*” (Basílio, 1965: 7). O autor acrescenta ainda que “*(...) os funcionários que lá estavam nem eram os mais competentes nem os mais recomendáveis, mas sim apenas os oportunistas e os protegidos. E isto fora de sempre*” (Id.: 23)⁴. Ademais, o mesmo pessoal estava implicado numa promiscuidade de financiamentos de empresas ou participação de autoridades em negócios privados. Sobre tal realidade um relatório apontava que

*“V. Exa., Exmo. Snr. Governador Geral, ajuizará também deste meu modo de actuar e verá bem que é mais “gente grande” que na firma Ferreira dos Santos tem superior cotação e que este Governo feriu, e que ligada á emigração e ao pessoal administrativo a quem máculas tenham sido descobertas, por certo lhes não agradará a pessoa que, acima de tudo, incumbido por V. Exa. da espinhosa missão de erguer alto este Distrito, que tão baixo cahiu, fará cumprir Leis e regulamentos e zelar criteriosamente os dinheiros do Estado”*⁵.

Tal realidade, quando fosse particularizada, trazia uma descrição, como a da Ilha de Moçambique, onde poucos eram os funcionários que tinham apenas um único emprego. E era frequente, em lugar de se manterem nos seus postos oficiais, encontrarem-se a cuidar dos seus afazeres prioritários ou deslocarem-se frequentemente ao continente, onde praticavam a atividade comercial⁶.

³ AHU, Pasta 17, Ofício n.º 193 2.ª via, 1855/6.

⁴ No quadro actual de Moçambique, Mosca (2014: 133) aponta que “*os subordinados aceitam acriticamente as ordens do chefe, (...) não sendo permitidas iniciativas de pontos de vista (...) ou questionamentos à sabedoria dos chefes por mais ignorantes e imbecis que sejam. Como se diz, “defende-se o pão” ou “não se deve cuspir no prato onde se come”. Reproduz a incompetência institucional (...)*”.

⁵ AHM, Governo Geral, Relatório n.º 19, 1927: 11-12.

⁶ AHM, Cx. 1021, Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, 1913.

Quanto às características acima apresentadas, Moçambique continua a desvendar, em cada dia, novos recursos e, em termos ideais, tem uma população activa de aproximadamente 10 milhões de habitantes, não podendo, em condições normais, posicionar-se nos últimos lugares nos rankings promovidos por Agências Internacionais. O que prevalece é a contínua promiscuidade das elites políticas (Mosca, 2014: 69), com impactos significativos sobre a funcionalidade do Estado.

No aspeto funcional, uma passagem de um relatório do período colonial é expressiva como algo recorrente nos dois períodos. De facto, um inspetor colonial narra parte dos males que impediam uma funcionalidade normal dos assuntos. O inspetor apontava que:

“Por onde quer que passemos, em Moçambique, se erguem queixumes contra as normas burocráticas, em uso; contra os outeiros de papéis, que pejam as secretarias, e, hora a hora, trepam a cumeada mais alta, a fazerem-se montanhas.” “E com tais raciocínios, todos justificáveis, a impunidade acaba por cobrir o simpático delinquente...” “As actividades, em que mais se nos entremostra o cúmulo do papel, são as de feição técnica. O médico não pode tratar dos doentes; não pode sair da secretaria; não pode visitar postos sanitários e maternidades; mal pode empunhar a bisturi, porque o desgraçam de cima, ... O enfermeiro, em vez de tratar da freguesia hospitalar, vai preenchendo mapas (...) “O agrónomo, ... não vai para o campo praticar o que estudou e sabe, porque os papeis, de cuja realidade nunca suspeitara, o tolhem, o absorvem, o esmagam, entre as paredes duma secretaria”. E são esses, – os técnicos superiores e básicos da terra, – quem mais crucifixa as pobres autoridades administrativas, conferindo-lhes competência enciclopédica, rogando-lhes sugestões e alvitres, para culturas; cometendo-lhes serviços novos; exigindo-lhes estatísticas, e o mais que, de costume, brota de cabeças ôcas ou quasi.”⁷.

Uma descrição do Moçambique pós-colonial não estaria longe desta caracterização. Outro sector em que possível identificar características que perduram ao longo dos tempos situa-se no lado do judiciário. Como a indiciar alguma antiguidade na sua prática, comecemos por observar o que um governador de Moçambique apontava durante o século XIX:

“Exausto o cofre, e mal administradas as rendas públicas, pela inércia e immoralidade de parte dos empregados, (...) Os Feitores dos outros portos não cumprem melhor os seus deveres; (...) um ou outro navio, a despeito de todas as penalidades que tenha imposto, lá se introduz n’um ou n’outro ponto da costa e d’acordo com as actividades descarrega o que bem lhe convem – como desgraçadamente os traficantes e delapidadores tem sempre mais ou menos protecção, baldado é fazer-lhe instaurar processo, porque sahem tão puros e illibados, como uma vertical – acontecendo muitas vezes que aquelles mesmos que os denuncia são os primeiros, chegada a ocasião do inquerito judicial, que declaram que tal não houve, e, nem se temem nem se envergonham de ser perjuros!”⁸.

A continuidade do mesmo processo no espaço colonial português de Moçambique, durante os anos 30, era expressa da seguinte forma:

“Alguns funcionários são desonestos e incompetentes. Em Erati, havia um Secretario que ha dois anos vinha cometendo toda a casta de roubos aos indígenas e ao Estado. E muito embora isso fosse do dominio público, não se procedia contra esse funcionario...” “Em Corrane, estava um chefe de Posto de nome Lapa, que procedeu identicamente, mas conseguiu embarcar para a Europa trinta dias antes da minha chegada a este distrito”. “Na séde da Circunscricção do Mossuril, ao Administrador Ivo Josué, ... também lhe são feitas bastantes acusações, graves algumas, aguardando a conclusão do inquerito para lhe aplicar as sanções da Lei. Na Lunga, o chefe do Posto Chaby, é também acusado de factos muito graves, pelos quais está sendo sindicado”⁹.

⁷ AHM, Governo Geral, Relatório de 1947: 245.

⁸ AHU, Pasta 12, Capilha n.º 1, Moçambique – 1850, 2 de Janeiro de 1850 Doc. N.º 107/850.

⁹ AHM, Governo Geral, Relatório n.º 19, 1927: 5-6.

As descrições presentes nas duas últimas citações são aplicáveis ao Moçambique atual, onde frequentemente os jornais apresentam artigos de desvio de fundos públicos, mas que nunca são esclarecidos. Ademais, chegam a ocorrer casos em que, depois do roubo, o funcionário recebe uma espécie de gratificação, com a sua recondução para ocupar uma posição idêntica ou superior. Estas e demais situações são mobilizáveis como exemplos para traçar uma continuidade do *modus operandi* do sistema colonial montado em Moçambique, reproduzido, no mesmo território, durante o período pós-colonial.

Notas finais

A manifestação de referenciais eurocêntricos na atualidade, seja em Moçambique, como na África, senão em todo o Mundo, resultou da combinação de diferentes factores, uns eurocêntricos, outros de carácter africano e, finalmente, de conjunturas internacionais, que mesmo não sendo diretamente engendrados pela Europa, encontraram neste continente as referências para a sua inserção.

Pelo lado eurocêntrico, a permanência do seu modelo foi indicativo da sua implementação durante um longo período, a ponto de se sistematizar e constituir-se como realidade que passou a concorrer com os tradicionalismos presentes nos espaços extra-europeus. A universalização dos atributos eurocêntricos, sem significar uma aceitação universal dos mesmos pelos e entre os outros padrões sociais presentes nos vários quadrantes do mundo foi, pelo contrário, resultado de uma receção dos mesmos num quadro impositivo, de forma direta, indireta, coercitiva ou subtil.

Uma leitura retrospectiva indica que a expansão daqueles atributos para um plano planetário e para uma projeção temporal de “longa duração” foi definida em função do fator posição e circulação, erigido num plano unidirecional, o qual foi, por sua vez, definido como fundamento de controlo real de bases de sobrevivência dos territórios contemplados. Tal realidade redundou na sua prevalência, desafiando os tempos e as circunstâncias geográficas, para além do período em que foram directamente mobilizados pelos atores europeus. Para garantir a prevalência do fator posição e circulação, o europeu controlou certos meios de existência social, pelos quais o respetivo continente foi capaz de capitalizar a sua presença, neste caso concreto no continente africano. De facto, a ação combinada dos vários mecanismos de controlo social foi crucial para a redução dos pontos de contacto, levando, às vezes, a pensar-se que a sua ação e influência eram tão naturais e, por isso, benéficas aos outros grupos sociais, mesmo que por trás passassem outras agendas.

No plano africano, tal permanência resultou de forma paradoxal, com a salvaguarda de modelos que haviam se constituído em fatores para a formação de movimentos emancipatórios por parte dos grupos constringidos. Para tal efeito, a expressividade de práticas e modelos coloniais foi facilitada pela contínua operacionalidade do sistema-mundo cada vez mais complexo e onde a ligação dos anteriores grupos constringidos com o mundo exterior continuou a ser definida em função dos mecanismos imperantes da geopolítica mundial, introduzidos aquando da divisão internacional do mundo, promovida pelo capitalismo e progressivamente aperfeiçoada durante os séculos XIX e XX.

Outro fator não menos importante ficou ligado ao facto de os grupos agregadores das sociedades constringidas terem sido formatados no interior do sistema colonial, o qual constituiu-se como recurso de apoio, sempre que os modelos projetados para e durante o período pós-colonial foram ineficientes. De facto, tal recurso às realidades que haviam colocado o africano numa situação antipodal foi sinónimo da rebusca de realidades identitárias que se constituíram como única plataforma comunicacional com a modernidade, definida, geralmente, num ambiente pouco propício à diversificação de pontos de contacto,

mercê dos protecionismos instituídos nos diferentes sistemas coloniais. Dessa forma foi possível que práticas e mecanismos do período precedente passassem para o pós-colonial, revelando-se aí a manifestação da colonialidade até a actualidade e corporizando o que Capela havia já tornado evidente, anos antes.

Embora fora do quadro eurocêntrico e africano, o colapso do sistema socialista e de uma das maiores potências do século XX, a URSS, veio a exacerbar a prevalência do Consenso de Washington, mas que, em última instância, espelha o modelo de vida ocidental e também eurocêntrico.

O grande revés no processo relacional entre a África e o mundo Ocidental emerge quando o africano se encosta aos modelos anteriormente ditados pela Europa, mas sem significar a inserção num campo dialógico com referenciais idênticos. De facto, o africano, ao buscar as experiências tidas no seu continente, isto é, ao se inspirar nas experiências adquiridas *in situ* durante a colonização, pode constatar que estas nem sempre se mostram comunicantes com as realidades similares experimentadas no mesmo período e nem na actualidade europeias. Dito de outra forma, apesar desses modelos terem uma origem europeia, eles foram especificamente desenhados para funcionarem no continente africano, num contexto colonial. Isso equivale a dizer que o acto da descolonização não deixou, necessariamente, as aquisições das antigas metrópoles, cujos modelos foram desenhados no quadro das transformações operadas na transição do Antigo Regime para o regime republicano referenciados por Foucault, a que fizemos alusão nas últimas páginas da parte onde abordamos os pressupostos da (re)mobilização paradoxal da situação colonial. Tal como afirmamos nessas páginas, se, na Europa, a passagem do Antigo Regime para o republicano propiciou oportunidade aos outros, dando possibilidades de competição aos diferentes atores presentes naquele continente, proporcionando a aquisição personalizada de escolhas, de estatutos e da liberdade, tais aspetos jamais foram estendidos ao continente africano. É assim que o continente africano continua a reproduzir dominantemente as anteriores matrizes desenhadas num quadro colonial, possibilitando a transposição de práticas e discursos do período colonial para o pós-colonial. Dessa forma, o plano eurocentrado situa-se apenas ao nível da formatação da experiência colonial moderna, mas nunca é expressão de realidades similares entre a África e a Europa.

Como consequência desse carácter comunicacional, no plano do relacionamento entre as anteriores colónias e as anteriores metrópoles continua, a nosso ver, a prevalecer o ambiente de subalternidade, na medida em que os modelos existenciais mobilizados por ambas as partes, apesar de serem de origem europeia, nunca ultrapassaram nem ultrapassam as aparentes semelhanças. Esta realidade equivale a dizer que o africano só pode reproduzir a imagem de uma Europa distorcida e, nesse quadro, jogam-se papéis entre as peças originais e as refratárias, mas cuja existência da imagem dependerá, sempre, da presença do modelo original, expressando a imponência da colonialidade.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Arquivo Histórico Ultramarino, Pasta 12, Capilha n.º 1, Moçambique – 1850, 2 de Janeiro de 1850 Doc. N.º 107/850.

———, Pasta 17 – Gabinete do Governo Geral 1855/6, Ofício n.º 193, 2.ª via.

Arquivo Histórico de Moçambique, Cx. 1021. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, (1913), Maço de Dezembro, Ofício n.º 264.

- - Governo Geral - Relatório n.º 19, Relatório - memorial do Governo do Distrito de Moçambique (Julho de 1927).
- , Governo Geral Relatório da Inspeção à Colónia de Moçambique (1947) pelo Inspetor Superior D. António de Almeida.

Fontes secundárias

- Basílio, Francisco Xavier (1965), *Antecedentes históricos da Reforma Administrativa da Província de Moçambique de 1907*. Dissertação apresentada no ato de licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, na época de Janeiro do ano letivo de 1964-65, [Lisboa].
- Cabaço, José Luís (2010), *Moçambique. Identidades Colonialismo e Libertação*, Maputo: Marimbique.
- Capela, José (2010), *Moçambique pela sua História*, V. N. Famalicão: Edições Humus, Lda.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2017), Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique. In: Brito, Luís de, Castel-Branco, Carlos, Chivava, Sérgio, Forquilha, Salvador e Francisco, António (organ.). *Desafios para Moçambique*, 2017. Maputo: IESE.
- Castro, Iná Elias de et al (2008), *Geografia. Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, Brasil.
- Corm, Georges (2004), *Oriente Ocidente. A fractura imaginária*, Lisboa: Teorema.
- Couto, Fernando Amado (2011), *Moçambique 1974. O Fim do Império e o Nascimento da Nação*, Maputo: Ndjira.
- D'Almeida-Topor, Hélène (1993), *L'Afrique au XX^e Siècle*. Paris: Armand Colin.
- Egerö, Bertil (1992), *Moçambique. Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Foucault, Michel (1999), *Les Anormaux. Cours au Collège de France, 1974-1975* (Hautes Études), Paris: Gallimard le Seuil.
- Gentili, Anna Maria (1999), *O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Graça, Pedro Borges (2005), *A construção da Nação em África*, Coimbra: Edições Almedina.
- Hanlon, Joseph (1997) *Paz sem benefício. Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*, Maputo: Nosso Chão.
- Ki-Zerbo, Joseph (1978), *Histoire de l'Afrique Noire. De hier à demain*, Paris: Librairie A. Hatier.
- Lopes, José de Sousa Miguel (2010). *Educação e cultura africanas e afro-brasileiras: cruzando oceanos*, Belo Horizonte: A tela e o texto.
- Magode, José (Edr.) (1996), *Moçambique. Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada*, Maputo: CEEI/ISRI.
- Matoso, José (Dir.) (1994), *História de Portugal. O Estado Novo vol. 7*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Matsimbe, Zefanias (2017), Partidos libertadores na África Austral. Reflexão sobre os desafios para Moçambique. In: Brito, Luís de, Castel-Branco, Carlos, Chivava, Sérgio, Forquilha, Salvador e Francisco, António (org.). *Desafios para Moçambique*, 2017, Maputo: IESE.
- Mosca, João (2011), *Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*, Maputo: Escolar Editora.
- (2014), *Os elefantes pisam... Mas não matam a Savana*, Maputo: Alcance Editores.
- Papagno, Giuseppe (1988) , *Colonialismo e Feudalismo. A questão dos Prazos da Coroa em Moçambique nos finais do século XIX*, Lisboa: A Regra do Jogo.

- Rocher, Guy (1989), *Sociologia Geral. Vol. 3 Mudança Social e Acção Histórica*, Lisboa: Editorial Presença.
- Souto, Amélia Neves (2011), Moçambique no período da descolonização portuguesa (1973-1974): que descolonização? In: Augusto Nascimento, Aurélio Rocha, Eugénia Rodrigues (2011) *Moçambique: Relações históricas regionais e com os países da CPLP*, Maputo: Alcance Editores.
- Uzoigwe, G. (2010), Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: A. Boahen, (Ed.) *História Geral de África. África sob dominação colonial, 1880 - 1935. Vol. VII.* (pp. 21-50), São Paulo: Cortez Editora/UNESCO.
- Wuyts, Marc Eric (1989), *Money and planing for socialist transition. The Mozambican experience*, Aldershot: Gower.